



## ***CEPAL - COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA E CARIBE***

***Tema: Integração do MERCOSUL***

***Fernando Corrêa dos Santos – Diretor de Comitê***

***Floriza Fagundes – Diretora Assistente de Comitê***

***William Daldegan – Diretor Assistente de Comitê***

***Rodrigo Teixeira – Professor Orientador***

## **CARTA DE APRESENTAÇÃO**

Olá senhores delegados. É com imenso prazer e satisfação que venho lhes dar as boas vindas para o 9ª MINI-ONU. Vamos fazer o possível para que esta edição do evento venha ser a melhor de todas as já realizadas, para que isto se faça realidade, é extremamente necessário o empenho e dedicação dos senhores, principalmente no momento da preparação, com a leitura do guia de estudos.

Este guia de estudos começou a ser pensado em novembro de 2007 e foi preparado com muito esforço por mim e pelos diretores assistentes de comitê, dos quais sou grato pelo auxílio nos momentos solicitados. Por isso, é muito importante que vocês o lêem e se preparem da melhor maneira possível, aproveitando as dicas e as fontes, para que vocês tenham uma simulação proveitosa e que aprendam os trâmites do processo de integração do MERCOSUL.

Por ora, eu sou o Fernando Corrêa dos Santos, estudante do 5ª período de Relações Internacionais da PUC-MG. É minha terceira participação no MINI-ONU, anteriormente havia sido voluntário de comitê e diretor assistente, hoje, sou Diretor de Comitê e estou muito feliz em poder dirigir as simulações durante o evento. Podem contar comigo para qualquer coisa referente ao 9ª MINI-ONU. Desejo sinceramente que aproveitem bem as simulações. Abraços a todos.

Meu nome é Floriza Fagundes e sou aluna do sexto período de Relações Internacionais da PUC Minas. Participar do comitê da CEPAL é uma enorme satisfação para mim e espero que as discussões possam despertar em vocês, delegados, a mesma paixão que tenho pelos estudos latino-americanos. Sejam bem-vindos e bons estudos!

Olá, meu nome é Willian Daldegam e sou estudante do quinto período de Relações Internacionais da PUC-MG. É uma enorme satisfação poder estar participando desse evento. É minha segunda participação no MINI-ONU e desde a primeira já adorei as simulações. Podem contar comigo senhores delegados. Abraços.

## ANTECEDENTES HISTÓRICOS

As primeiras iniciativas em prol de uma integração latino-americana remetem a Simón Bolívar. O ideal integracionista de Bolívar baseava-se em mais do que numa concepção determinada pela história da colônia e pela unidade por esta conservada durante vários séculos de domínio espanhol. (SUNKEL, 1975). Esse ideal fundava-se na apreciação da importância que poderia chegar a ter uma grande nação latino-americana.

O “libertador” idealizava a criação de uma união dos Estados da América Latina que ao mesmo tempo considerasse as individualidades de cada porção da região. Na concepção de Bolívar, essa unidade era necessária, pois possibilitaria a emergência da democracia e da liberdade no período pós-independência. Além disso, poderia ser consolidada uma ordem internacional embasada no pluralismo, que permitisse a unidade de nações irmãs, ainda que revelassem suas particularidades. (CARBONELL e CUPELLO, 1987, p. 110) <sup>1</sup>.

No entanto, houve causas profundas que explicam o fracasso dos esforços em prol da unidade e a conseqüente criação de uma pluralidade de Estados Nacionais que hoje existem na América Latina.

As tentativas de união no subcontinente não alcançaram êxito no século XIX, porém o período foi primordial para a construção do ideal de unidade e abriu as portas para o surgimento dos movimentos integracionistas na década de 40 já no século XX.

A CEPAL surge dentro deste contexto integracionista e foi criada para monitorar as políticas direcionadas à promoção do desenvolvimento econômico da região latino-americana, assessorar as ações encaminhadas para sua promoção e contribuir para reforçar as relações econômicas dos países da região, tanto entre si como com as demais nações do mundo. Posteriormente, seu trabalho ampliou-se

---

<sup>1</sup> JAFFE CARBONELL, Angelina; RÍSQUEZ CUPELLO, Angelina. **Regimen político e integración en América Latina**. [Caracas, Venezuela]: Universidad Simón Bolívar, Instituto de Altos Estudios de América Latina, [1988]. 245 p.

para os países do Caribe e se incorporou o objetivo de promover o desenvolvimento social e sustentável.

## **BREVE HISTÓRICO DA CEPAL**

A CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e Caribe – ligada ao sistema ONU, é subordinada ao Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC), e tem sua sede em Santiago no Chile. Foi criada em 1948 com o intuito de ser um órgão que conseguisse atender e assessorar os estados latino-americanos, bem com promover estudos e conseqüentemente o desenvolvimento econômico da região. Porém esses estudos foram alçados a alternativas para outras regiões do mundo em desenvolvimento.

Raul Prebisch, economista argentino, foi um dos fundadores e o diretor da CEPAL (1950-1963), e representou a efetividade do novo órgão da ONU. Desenhada para atender as demandas da região em suas particularidades, os trabalhos da comissão foram em certo momento subjugados<sup>2</sup>, entretanto as atividades desenvolvidas foram determinantes para o desenvolvimento econômico que a região apresentou, apesar dos problemas, e do processo de industrialização vivenciado, através das políticas de substituição de importações. Políticas essas criticadas e hoje responsáveis pelo atual estágio das economias implicadas.

“Dentro ou fora das instituições universitárias, o trabalho de vanguarda sempre enfrentou resistências. Quando a CEPAL surgiu, foi algo tão inusitado que a reação foi de perplexidade. A verdade é que também nas agências das Nações Unidas praticavam-se várias formas de censura. Certos temas eram proibidos veladamente. Desqualificava-se um trabalho com a alegação de que era matéria "ideológica". Mas, criou-se um clima nessa instituição singular, graças à liderança do economista argentino Raúl Prebisch, que tornou possível a emergência de uma visão nova da realidade latino-americana e, de maneira exemplar, da brasileira”. (FURTADO, 1998 in MACHADO, 2007).

---

<sup>2</sup> Luiz Machado em Grandes economistas XI: Raul Prebisch e a contribuição da CEPAL, 2007.

O desenho dos estudos cepalinos, tomava atenção às peculiaridades da região, a partir do cuidado de seus pesquisadores e dos objetivos que a comissão buscava. A estrutura da CEPAL, formada por estudiosos, consultores, em suas diversas divisões, tais como Divisão de Desenvolvimento Econômico, Divisão de População e Desenvolvimento, entre outras, preparam e se encontram a cada dois anos para que os trabalhos sejam debatidos e integrados às novas conjecturas regionais.

“A metodologia de trabalho da CEPAL é fruto da interação de múltiplos elementos, dentre os quais se destacam três. Em primeiro lugar, a busca de uma visão integral do desenvolvimento, de caráter interdisciplinar. Uma das contribuições mais originais da escola estruturalista foi sua compreensão sistêmica do desenvolvimento desigual do capitalismo, enquanto sistema econômico assimétrico e hierarquizado em escala global. O pensamento cepalino incorpora, em seu programa de pesquisa, elementos oriundos da economia, da história e da sociologia. Em segundo lugar, a CEPAL realiza um jogo dialético entre pensamento e ação, o que explica o porquê de suas idéias se transformarem constantemente em função das mudanças no contexto real, demonstrando sua clara interação com os governos da região. Isso mostra que a teoria cepalina foi capaz de gerar ideologias que motivaram a práxis política. Por último, a organização sempre se caracterizou pela busca de uma identidade regional, por uma análise da realidade em função dos interesses regionais e pelo questionamento de qualquer modelo conceitual em função de sua validade para compreender e atuar sobre a realidade da América Latina”. (NERY, 2004, p. 12)

A CEPAL esta constantemente em crescimento na adesão de novos países, até o momento da elaboração desse guia de estudos, ela possui 42 (quarenta e dois) Estados membros, sendo incluso todos os Estados independentes da América do Sul e Caribe e também possui 8 (oito) membros associados, que é uma condição jurídica acordada para alguns territórios não-independentes do Caribe, totalizando 50 (cinquenta) partes no comitê. Os Estados-membros são: Alemanha, Argentina, Bahamas, Barbados, Belize, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Dominica, Equador, El Salvador, Espanha, Estados Unidos da América, França, Granada, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Itália, Jamaica, Japão, México, Nicarágua, Países Baixos, Panamá, Paraguai, Peru, Portugal, Reino Unido

da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, República Dominicana, Santa Lúcia, São Cristóvão e Neves, São Vicente e Granadinas, Suriname, Trinidad e Tobago, Uruguai e Venezuela. E os países-membros associados são: Anguilla, Antilhas Holandesas, Aruba, Ilhas Virgens Britânicas, Ilhas Virgens dos Estados Unidos, Montserrat, Porto Rico, Ilhas Turcas e Caicos<sup>3</sup>.

A missão da CEPAL nos anos 90 se caracterizou no que tange aos governos membros, em que estabelecessem cooperar entre si na análise integral dos processos de desenvolvimento. Isto se constitui na formulação, segmento e avaliação das políticas públicas e a prestação de serviços operativos nos campos da informação especializada, assessoramento, capacitação e apoio à cooperação e coordenação regional e internacional.

Atualmente, a CEPAL tem-se dedicado particularmente ao estudo dos desafios que propõe a necessidade de retomar o caminho do crescimento sustentado na região, assim como a consolidação de sociedades plurais e democráticas. No marco da proposta geral, conhecida como transformação produtiva com equidade, foram consideradas questões tais como o papel da política social, o tratamento dos aspectos ambientais e demográficos e a estratégia educativa, a necessidade do progresso técnico para inserir-se de maneira competitiva no âmbito global, consolidar a estabilidade das economias da região e dinamizar seu processo de expansão.

“Os desafios atuais não são menores. A grande demanda de produtos básicos por parte da China beneficiou muitos países latino-americanos, principalmente os exportadores de minerais, devido às melhorias nos termos de intercâmbio. Este ano, as economias latino-americanas completarão seis anos de crescimento continuado. Diante deste cenário, muitos esperam que a CEPAL mostre caminhos possíveis de desenvolvimento para a região, para pelo menos, os próximos 25 anos, respeitando as múltiplas diferenças de políticas econômicas, sociais e culturais entre os países”. (ESTRADA, 2008)

---

<sup>3</sup>Dados obtidos a partir do site da CEPAL. Acesso em: 15 mai. 2008.  
<http://www.eclac.org/cgi-bin/getProd.asp?xml=/brasil/noticias/paginas/2/5562/p5562.xml&xsl=/brasil/tpl/p18f.xsl&base=/brasil/tpl/top-bottom.xsl>

Assim, a CEPAL se caracteriza como uma instituição importante do Sistema ONU aqui nas Américas, promovendo um trabalho de cooperação e desenvolvimento sustentável.

## **BREVE HISTÓRICO DO MERCOSUL**

Para a consolidação do MERCOSUL, ocorreram anteriormente diversas experiências que se remetem ao intercâmbio comercial na América Latina. Dentre estas, se destacam as seguintes: tentativas de Argentina e Brasil no estabelecimento de uma união aduaneira entre si; a própria criação da CEPAL em 1948; a negociação do tratado bilateral entre Brasil e Paraguai na criação da usina de Itaipu Binacional; a criação da ALALC- Associação Latino-Americana de Livre Comércio e posteriormente sendo substituída pela ALADI em 1980; o PICAB em 1985 que era o Programa de Integração e Cooperação Econômica entre o Brasil e a Argentina e em 1988 com a criação do PICE- Programa de Cooperação e Integração Econômica.

Somente em 26 de março de 1991, Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai assinaram o **Tratado de Assunção**, que cria o Mercado Comum do Sul, o MERCOSUL<sup>4</sup>. Essa organização internacional representa a profunda conexão e ampliação dos mercados nacionais dos signatários, medidas fundamentais para alcançarem juntos maior desenvolvimento econômico.

Dessa forma, o Tratado de Assunção visa o estabelecimento de tarifas externas e políticas comerciais comuns aos Estados, uma maior aproximação de legislações em determinadas áreas, e também a coordenação de políticas macroeconômicas. Através da livre circulação de bens e serviços esses objetivos poderiam ser alcançados, que fomentariam, por sua vez, a integração regional.

Já em dezembro de 1994, foi aprovado um Protocolo Adicional ao Tratado de Assunção, denominado Protocolo de Ouro Preto. Ele definiu a estrutura institucional do MERCOSUL, fazendo com que o bloco seja possuidor de personalidade jurídica internacional. Nessa Reunião de Cúpula de Presidentes em Ouro Preto, ocorreu a

---

<sup>4</sup> [www.mercosur.org.uy](http://www.mercosur.org.uy)

adoção das medidas essenciais de política comercial compartilhada que atualmente conduzem a união aduaneira e a zona de livre comércio que é o MERCOSUL.

A realidade econômica do bloco diz respeito a todos os fluxos comerciais da região bem como o planejamento de empresas dos países membros, juntamente com Venezuela, Peru e Bolívia, que buscam obter benefícios dessa globalização na esfera comercial. Porém, apesar de constituído por um impulso econômico, o MERCOSUL também abrange o setor político, expressando a aliança estratégica feita entre os Estados com intenções de garantir a estabilidade política e a paz na região.

Esforços em outras áreas também são desejáveis e necessários. Os integrantes do bloco devem seguir com o empenho em campos mais variados como meio-ambiente, saúde, cultura e ciência, entre outros. Além disso, o MERCOSUL deve aprimorar sua estrutura institucional para a consumação de possíveis negociações externas no futuro.

Portanto, é certo que o MERCOSUL expressa o trabalho comum entre países que se percebem semelhantes. Mesmo com a existência de diversas disparidades, há grande aproximação no grupo no que tange a questões lingüísticas e sócio-culturais. Elucidando o espírito de cooperação, não há a intenção de se formarem zonas de influência nem mesmo hegemonias, visto que o MERCOSUL se mostra aberto à adesão de outras nações latino-americanas.

## **SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS**

As divergências que sucedem no âmbito internacional fazem com que venham à tona discussões acerca do conceito de soberania. Ser soberano implica em não ser submisso a jurisdições que não sejam a sua e, portanto, surge a necessidade de criação de um organismo supranacional neutro para o controle de conflitos. Assim, é preciso que o país soberano seja obediente ao órgão supranacional e a um direito comunitário.

Tal fato se torna suscetível à ocorrência quando há o compartilhamento de soberanias. A integração consiste no exercício comum da soberania, com a possibilidade de que haja o desenvolvimento para um estágio em que as soberanias sejam integradas e compartilhadas em uma só. Dessa forma, o problema que surge é de ordem política. Os Estados necessitam decidir sobre como garantir o prosseguimento de seus princípios democráticos e a manutenção da identidade cultural de cada um.

Foi pensando nisso que em 1991, em Brasília, os representantes de Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai firmaram o Protocolo para Solução de Controvérsias no MERCOSUL, determinando um sistema temporário para a solução de controvérsias entre cidadãos, entre cidadãos e Estados e entre Estados. Mais tarde, no ano de 1994, o sistema em vigor foi validado com algumas mudanças pelo Protocolo de Ouro Preto.

O sistema ratificado em 1994 faz considerações sobre controvérsias na interpretação, emprego ou descumprimento do que está disposto pelo Tratado de Assunção, dos acordos firmados baseados no mesmo, das deliberações do Grupo do Mercado Comum, do Conselho do Mercado Comum e do Tratado de Ouro Preto. O sistema, marcado pelo consenso, foi fundamentado na concepção política do constitucionalismo e com base em outros já existentes, fazendo-se os ajustes compatíveis às realidades dos membros.

No decorrer do tempo foram criados protocolos suplementares com metodologia própria de dissolução de controvérsias. Quando surjam conflitos referentes à aplicação, interpretação ou não-obediência destes protocolos que não se solucionam com a negociação direta entre as partes, deve-se apelar ao sistema vigente no Tratado de Assunção.

Sendo assim, o procedimento escolhido pelo MERCOSUL para dar fim a pendências foi a concessão de poder a uma terceira pessoa, imparcial, neutra e ausente da disputa para fazer o seu julgamento, que será então detentora de um poder superior ao das partes.

O Protocolo de Brasília abordou as divergências de particulares (ordem privada) e Estado, além de ter aprimorado o sistema relacionado aos Estados. De

acordo com este Protocolo, os desacordos entre Estados devem primeiramente ser enfrentados através de negociações diretas entre eles, depois em diversas fases com assistência do Grupo do Mercado Comum (GMC) ou do Conselho do Mercado Comum (CMC). Além disso, estabelece que para os membros do MERCOSUL, é obrigatória a jurisdição do Tribunal Adicional, organizado em cada episódio para resolver as controvérsias a que alude o Protocolo.

Dessa forma, o aparato de solução dos desacordos, foi instituído para remover os impedimentos ao plano integracionista do Mercado Comum do Sul, auxiliando na implementação, interpretação correta e aplicação do Tratado de Assunção. Após a superação das dificuldades em seu desenvolvimento, haverá espaço para que o processo de integração se consolide por meio de estruturas permanentes. Porém, isso depende de reparações constitucionais e legislativas nos países membros.

## **DEFINIÇÃO DO TEMA - “INTEGRAÇÃO”**

O tema central das simulações será referente à Política Externa, no que concerne aos países que integram o MERCOSUL, assim como os demais países sul-americanos e de um modo geral, todos os Estados membros que integram a CEPAL, que é o comitê sob o qual iremos debater principalmente as dificuldades de uma maior integração a até mesmo a possibilidade de integração dos demais países da América do Sul ao Mercado Comum do Sul - o MERCOSUL.

Este tema mostra-se extremamente pertinente, tendo em vista a atual conjuntura da América do Sul no que concerne a sistemas políticos ditos “populistas”, com a existência de um forte sentimento anti-americanista e com referência ao próprio MERCOSUL existe ainda uma falta de homogeneidade de interesses políticos e econômicos, que atrapalham e as vezes, podem minar qualquer tentativa de integração.

O MERCOSUL é então, uma união aduaneira que entrou em vigor em primeiro de janeiro de 1995 entre Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, pela qual se institui

uma política de livre comércio e circulação de bens, produtos e capitais envolvendo quatro países e conseqüentemente estreitando as relações comerciais entre os demais países do mundo com o bloco econômico.

A idéia de integração de Estados Sul-americanos tem um histórico recente, embora apresente aspectos motivadores, como já foi apresentado anteriormente. Abordando mais detalhes, em 1986 a Argentina e o Brasil, que disputavam a hegemonia econômica e política na região do Cone Sul, assinaram a Ata de Integração Argentina - Brasileira, na qual foi definido um programa de cooperação econômica. Em 1990, acertou-se a diminuição gradativa das tarifas de comércio com a Ata de Buenos Aires. E em 1991, com o Tratado de Assunção, se constitui o Mercado Comum do Sul com a adesão de Paraguai e Uruguai. Apenas em 1996, Chile e Bolívia firmaram com o Bloco Econômico uma parceria comercial, porém, sem direito a voto.

As discussões durante o comitê, deveram ter como ponto de partida, as questões referentes à integração do MERCOSUL, levando em consideração aspectos políticos, econômicos, ideológicos e sociais. Embora este seja o tema pertinente, nada impede que os senhores delegados acrescentem novos temas na agenda de discussão, como política energética e ou defesa da soberania estatal. Mas desde já, aconselhamos os senhores a seguir a agenda estabelecida pela diretoria, tendo em vista que as delegações deveram chegar a uma proposta de resolução sobre "Integração do Mercosul" até o final das sessões.

## **PROPOSTAS DE INTEGRAÇÃO AO MERCOSUL**

Como já foi dito, o que este comitê está realmente proposto a debater, ou seja, a questão central do mesmo são as questões que se mostram um empecilho de crescimento ao MERCOSUL, aquelas que desafiam os países membros a crescer conjuntamente. As principais são destacadas a seguir. Mas primeiramente é necessário que se diga que o MERCOSUL tem por objetivo o desenvolvimento

econômico dos países membros e a maximização das relações com outros blocos econômicos.

Todavia, ocorreram e ocorrem alguns entraves que dificultam esse desenvolvimento, como excesso de burocracia, lentidão na consolidação de um mercado comum, descontentamento de economias menores, atritos e conflitos entre alguns países dentro do bloco. Contudo, existem alguns incentivos ao MERCOSUL como a redução gradativa ou mesmo eliminação das tarifas cambiais, promovendo um intercâmbio de mercadorias, tecnologias e de profissionais, livre circulação de bens, serviços e capitais, facilidade de propor estratégias de inserção dos países membros para uma maior competitividade intra-blocos, se caracterizando como um amplo horizonte de inserção no cenário internacional.

Nas palavras de Chudnovsky e Fanelli o MERCOSUL, além de proporcionar êxito econômico na região, também passa a “acrescentar a visibilidade e presença da região na arena política internacional e reafirmar que se trata de uma zona de paz e estabilidade” (CHUDNOVSKY e FANELLI, 2001, tradução nossa), ou seja, o MERCOSUL além da idéia original ser econômica é também visto com um caráter de pacifismo e estabilidade na região. Ainda segundo os autores, “A criação de um espaço econômico comum deve permitir a realização de ganhos de escala, de especialização e de consignação (pela via de mobilidades de bens, serviços e fatores e a redução de custos de transação, incertezas, entraves da integração financeira e dos custos de transação macroeconômicas). (CHUDNOVSKY e FANELLI, 2001, tradução nossa).

Aprofundando mais sobre estas questões que dificultam os trabalhos do MERCOSUL, apresentaremos possíveis propostas de integração, coordenação e objetivos estratégicos. Para Fanelli “as alternativas que se apresentam na atualidade podem ser discutidas em três bases de propostas básicas: a dolarização, a convergência e a união monetária” (Fanelli, 2001, tradução nossa). Com relação à dolarização “pode se considerar uma forma de adquirir credibilidade em termos de demanda de construção institucional” (Fanelli, 2001, tradução nossa), porém, como ele mesmo apresenta, a demanda de construção institucional e cooperação é mínima e pode limitar compromissos de informação e consultas mútuas. Então, já esta estratégia apresenta problemas básicos como “falta de mecanismos de

*enforcement* que quita credibilidade às metas propostas (...) o esquema não implica compromisso explícito com nenhum regime particular como meta em longo prazo” (Fanelli, 2001, tradução nossa).

Ele também apresenta como proposta a criação de mercados, pois o MERCOSUL apresenta grandes falhas de mercados, por serem faltosos e incompletos. Então, “pela via de aumentar a escala e reduzir os custos de transação, o processo de integração pode constituir uma oportunidade para desenvolver mercados novos”. (Fanelli, 2001, tradução nossa), isto se justifica como sendo um avanço na integração profunda dos mercados de bens e serviços.

Fanelli ainda propõe a criação de instituições para a harmonização, coordenação e a cooperação onde as movimentações para eliminar as barreiras parecem claras como a criação de instituições comunitárias para o manejo da macroeconomia, porém, para que ela funcione “é necessário definir claramente sobre que bases operarão a coordenação e quais são os parâmetros fundamentais de harmonização macroeconômica”. (Fanelli, 2001, tradução nossa).

Um dos principais impasses do MERCOSUL é a disputa pela liderança do bloco entre Brasil e Argentina, esses conflitos são de várias espécies, como política, econômica, ideológica e até mesmo cultural.

As duas maiores economias do MERCOSUL enfrentam algumas dificuldades nas relações comerciais. A Argentina está impondo algumas barreiras no setor automobilístico e da linha branca (geladeiras, micro-ondas, fogões), pois a livre entrada dos produtos brasileiros está dificultando o crescimento destes setores na Argentina.

Na área agrícola também ocorrem dificuldades de integração, pois os argentinos alegam que o governo brasileiro oferece subsídios aos produtores de açúcar. Desta forma, o produto chegaria ao mercado argentino a um preço muito competitivo, prejudicando o produtor e o comércio argentino.

Em 1999, o Brasil recorreu à OMC (Organização Mundial do Comércio), pois a Argentina estabeleceu barreiras aos tecidos de algodão e lã produzidos no Brasil. No mesmo ano, a Argentina começa a exigir selo de qualidade nos calçados vindos

do Brasil. Esta medida visava prejudicar a entrada de calçados brasileiros no mercado argentino, minando o processo de integração entre os países.

Estas dificuldades estão sendo discutidas e os governos estão caminhando e negociando no sentido de superar barreiras e fazer com que o bloco econômico funcione plenamente, tomando estas medidas diplomáticas, quem vem a ganhar mais com esta integração é o próprio MERCOSUL.

## **POSICIONAMENTO DOS BLOCOS REGIONAIS**

Para facilitar o entendimento a respeito do posicionamento dos países quanto à integração do MERCOSUL, o estudo se fará composto por blocos regionais, obedecendo ao parâmetro geográfico de cada Estado. Em cada bloco, se terá o posicionamento dos principais países, se é contra ou se é a favor e também algumas considerações complementares que ajudarão aos senhores delegados no momento das simulações.

### **BLOCO EUROPEU**

Os países europeus membros da CEPAL têm uma visão otimista quanto à integração do MERCOSUL. Os Estados europeus alegam que seria muito vantajoso para o estreitamento das relações comerciais, econômicas e políticas com a União Européia. O posicionamento de Portugal é favorável à integração, "Nesta aproximação dos dois blocos, Portugal não deve perder espaço frente às outras câmaras européias no Brasil", alertou Rômulo Alexandre Soares, na noite que tomou posse na embaixada de Portugal, em Brasília, 28 de fevereiro.<sup>5</sup>

---

<sup>5</sup> [http://www.mundolusiada.com.br/POLITICA/poli320\\_mar08.htm](http://www.mundolusiada.com.br/POLITICA/poli320_mar08.htm)

O posicionamento dos demais países europeus é semelhante, a Alemanha parece ter estreito diálogo com a Argentina e estes dois países se mostram empenhados em impulsionar negociações entre a União Europeia e o MERCOSUL, demonstrando otimismo com relação a um possível futuro acordo de livre comércio entre os dois blocos. Porém, para que haja avanços na aproximação entre eles, a União Europeia exige, entre outras coisas, maior proteção legal para as empresas, bem como uma maior integração entre os membros do MERCOSUL e seus associados. O MERCOSUL, por sua vez, exige que seus produtos agrícolas tenham acesso mais fácil aos mercados europeus. Os dois blocos trabalham juntos para o fomento da paz e da segurança internacional, respeito aos direitos humanos, consolidação da democracia e desenvolvimento de cooperação. Entretanto, quando se trata de cooperação financeira e técnica ou de ajuda humanitária, o apoio europeu é mais voltado para a América Central e a área andina. A União Europeia acredita que a integração mais profunda do MERCOSUL é a chave para o desenvolvimento da região.

## **BLOCO NORTE AMERICANO**

Os três países que fazem parte do bloco norte americano, que são Canadá, EUA e México, em certa medida também se mostram favoráveis à integração, principalmente Canadá e México. Os EUA prefeririam, no entanto, uma integração ainda maior, com todas as Américas em um único bloco, a chamada ALCA, em contrapartida, esta organização, segundo os demais países sul-americanos, favoreceria apenas os interesses dos EUA, em detrimento dos demais Estados membros, esse é um dos motivos dela estar “parada” em termos de negociação.

O México, por ter vínculos com a América Central e em certa medida com a América do Sul, é favorável à integração, o próprio Felipe Calderón, disse ser favorável, pois iria “ampliar e fortalecer vínculos de amizade e cooperação com a América do Sul”. (Agencia de noticias ANSA).

Em 1998, o Canadá formalizou, juntamente com os estados membros do MERCOSUL, uma cooperação em matéria de comércio, investimentos e plano de ação. Em 2004, foi estabelecido o compromisso de fomentar as relações comerciais entre MERCOSUL e Canadá, mediante a negociação do acesso ao mercado de bens, serviços e investimentos entre as partes.

## **BLOCO CENTRO AMERICANO E CARIBENHO**

Este bloco, que engloba os Estados da América Central e do Caribe, se mostra favorável à integração. São países que possuem tradicionalmente uma história comum com os membros do MERCOSUL, pois são ligados pelo idioma espanhol, (com exceção do Brasil), pelo ideal de desenvolvimento e também pelos incentivos que esta integração pode trazer para o estreitamento das relações comerciais com estes países.

A II Cumbre das Américas que ocorreu em Santiago e reuniu presidentes dos membros do MERCOSUL e também da América Central, culminou com a celebração do Acordo Marco de Comércio e Investimento, que tem por objetivo estreitar as relações econômicas nos âmbitos de comércio, investimentos e transferência de tecnologia. O acordo demonstra o interesse em se fortalecer e diversificar as ações de cooperação entre as partes. Os países caribenhos têm consciência de sua importância internacional, ainda que sejam economias pequenas e vulneráveis. Os países do Caribe apostam em uma maior integração do MERCOSUL para que possam continuar ganhando com os vínculos que têm estabelecido com os membros deste bloco.

O governo das Bahamas, juntamente com o Paraguai, já se mostrou interessado em uma maior aproximação entre a Comunidade do Caribe e o MERCOSUL, fato que fez com que os países investissem em relações bilaterais entre si.

Barbados, juntamente com a Comunidade do Caribe (CARICOM) se mostra interessado em acelerar negociações para acordos entre as nações caribenhas e o MERCOSUL. O governo de Barbados acredita que unindo forças o continente será mais respeitado, já que o poder político dos mais pobres pode contrabalancear o poder econômico dos países ricos.

Estas são as posições da maioria dos países da América Central, tais como, Belize, Guatemala, El Salvador, Honduras, Nicarágua de outros. O Panamá tem estreitado suas relações com o bloco, e é um membro convidado a se integrar na área de livre comércio. O posicionamento dos países membros, mas não independentes, seguem a política externa de seus países que o comandam.

O governo de Cuba acredita que com a entrada da Venezuela no MERCOSUL, seria possível uma maior aproximação do bloco com Cuba. Em 2006 o governo cubano e os membros do MERCOSUL assinaram um acordo de complementação econômica, porém acredita-se que tal acordo é mais significativo politicamente do que no plano econômico.

## **BLOCO SUL AMERICANO**

Referente ao bloco sul americano, que é realmente o que irá sentir as maiores transformações no decorrer do processo, ele se mostra extremamente favorável à integração. O ideal integracionista perpassa com relevância na agenda dos Estados sul americanos, prova disto foi o atual Tratado que criou a UNASUL, que é a União de Nações Sul-americana, anteriormente designada por Comunidade Sul-Americana de Nações (CSN), ela será uma zona de livre comércio continental que unirá as duas organizações de livre comércio da América do Sul, o MERCOSUL e a Comunidade Andina de Nações, além do Chile, Guiana e Suriname. Isso então evidencia o empenho e esforço dos atuais estadistas de se unirem para que juntos possam crescer, mesmo que ainda haja alguns empecilhos para este crescimento.

Abordando com maiores detalhes o posicionamento dos países, é possível perceber que há uma convergência de interesses em busca da integração, mas ao mesmo tempo há disparidades imensas que limitam este processo.

No caso da Argentina, ela sente a necessidade de mudanças para o avanço da integração do bloco, tais como modificações institucionais e de participação social. Para este país, integrar as economias da região e enriquecer o comércio é algo imprescindível, porém isso depende da direção e do sentido dos objetivos políticos definidos pela região. Acredita que cada país deve assumir a responsabilidade que tem na integração do MERCOSUL, na superação de assimetrias, na solidariedade e no aprendizado proveniente de outros processos integracionistas que já tiveram êxito. A Argentina já avançou com iniciativas muito positivas para envolver atores sociais na dinâmica das negociações do bloco regional. Ela deseja aumentar seu papel regional e internacional através de desenvolvimento econômico e previsibilidade política, fortalecendo também sua posição ante o Brasil. Este é um grande parceiro dos argentinos, o que já levou ao governo argentino declarar que o futuro da Argentina é inimaginável sem o Brasil.

Já o Brasil, acredita que o MERCOSUL deve responder a três grandes desafios: adotar medidas que tenham impacto imediato no dia-a-dia da população, dar um salto qualitativo no desenho institucional do bloco e desenvolver mecanismos criativos para viabilizar novos investimentos e a integração produtiva entre os países. O Brasil tem dado mais importância a questões políticas do que comerciais dentro do MERCOSUL e tem intenções de preparar o caminho para criar uma moeda comum, uma instituição monetária e instituições supranacionais. Acredita que a promoção de integração na região serve como um contrapeso aos Estados Unidos, e por isso defende a criação de uma zona de livre comércio com a Comunidade Andina, além de fortalecer as negociações com a União Européia.

Referente ao Paraguai, ele tem demonstrado dificuldades em reformular um projeto de país dentro das novas regras do jogo internacional, regional e mundial. O fraco apoio ao MERCOSUL em alguns setores dentro do país é devido ao baixo peso econômico e político de seus beneficiados e aos movimentos camponeses vêem o bloco como um aumento na competição, e não a ampliação de mercado. As condições internas paraguaias – falta de legalidade, de estabilidade política e de

capacidade de autogestão – dificultam progressos no MERCOSUL. O Paraguai deseja modificar os vínculos dos países grandes com os pequenos. Juntamente com o Uruguai, tem interesses em políticas compensatórias e melhores oportunidades, além de visar a superação de sua dependência e das relações de assimetria dentro do bloco.

Os vínculos entre o MERCOSUL e a Colômbia são mais expressivos no âmbito econômico. O Acordo de Complementação Econômica celebrado entre a Comunidade Andina e o MERCOSUL criou, para a Colômbia, oportunidades de exportação em setores importantes da economia e permite ao país importar bens de capital, matérias primas e insumos a menores custos, incrementando a competitividade da produção nacional.

Na Bolívia, as autoridades bolivianas já anunciaram publicamente seu interesse em uma maior integração sul-americana, visto que para a Bolívia, este é o primeiro passo para se alcançar a unidade latino-americana. Eles também impulsionam vínculos estreitos entre a Comunidade Andina de Nações (CAN) e o MERCOSUL.

Para Bolívia e Colômbia, membros da Comunidade Andina, o MERCOSUL não pode impedir as políticas que a CAN considere convenientes e por isso preconizam que a possibilidade de atuação da Comunidade não seja limitada pelo MERCOSUL.

## **CASOS PARTICULARES – VENEZUELA**

A Venezuela é um país candidato a se integrar ao MERCOSUL e no dia 04/ 07/ 2006 é assinado, em Caracas, o protocolo de Adesão da República Bolivariana da Venezuela ao MERCOSUL. Esse dia corresponde à primeira ampliação dos membros plenos do bloco regional, e por suas características modifica a estrutura econômica e política das relações no Cone Sul. Porém, a assinatura de tal acordo, não representa a efetiva entrada da Venezuela no MERCOSUL. Para que se efetive, o congresso de cada país membro deve aprova – lá, e essa decisão deve ser unânime (todos os países membros devem aprova - lá).

Há uma série de questões que se mostram favoráveis à integração da Venezuela ao MERCOSUL, como se evidencia na citação a seguir:

“A princípio, a adesão da Venezuela fortalece o grupo, uma vez que ela representa a terceira maior economia da região, um campo promissor de possibilidades comerciais, uma capacidade considerável de investimento produtivo e, sobretudo, uma inegável potência energética. Situada no extremo norte da América do Sul, a Venezuela tem as maiores reservas de petróleo e gás natural do continente, uma parte importante da Amazônia, e uma proximidade geográfica e relações estratégicas com os países da América Central, Caribe, México e mesmo os Estados Unidos. Além disso, ao reunir uma identidade popular e uma vontade política progressivamente voltada para o sul e a integração regional, sua entrada confere uma dimensão mais ampla ao bloco ao mesmo tempo em que também deve dinamizar relações econômicas com o norte e o nordeste brasileiros. (COUTINHO, 2006, p.01).

Para que a integração da Venezuela ao MERCOSUL transcorra de maneira contínua, foi criado um Grupo de Trabalho, incumbido de estabelecer e executar uma metodologia de negociações, uma vez que a estrutura de cooperação não apresenta proposições fechadas e definitivas<sup>6</sup>.

Não obstante, há diversas questões postas que podem, e tem atrasado a plena entrada do país, ao bloco regional. O principal argumento é que as políticas do presidente venezuelano, Hugo Chaves, marcadamente antiamericanista podem prejudicar os países integrantes do MERCOSUL, além de ferir a cláusula democrática presente nos acordos. Segundo palavras do ex-embaixador brasileiro nos Estados Unidos, Roberto Abdenur:

“A entrada da Venezuela no MERCOSUL seria inadequada, indesejável e contraproducente por razões políticas e econômicas, já que o comportamento de Chávez se chocaria com as exigências da ‘Cláusula

---

<sup>6</sup> Ver, Papéis Legislativos – nº 07, Nov.2007 - p.22. Observatório Político Sul-Americano; Núcleo de Estudos sobre o Congresso. Fabiano Santos, Ricardo Camargo Mendes e Thaís Narciso.

democrática do MERCOSUL”’. (SANTOS e VILAROUCA, 2007).

Entretanto, põe-se em questão que tal ingresso poderia trazer uma nova conjuntura para as relações dos países sul-americanos, já que mais de 17 anos de bloco foram capazes de denotar poucos avanços, ou como a pesquisadora Mônica Hist diz em um artigo de 2006, “um maior número de fracassos do que êxitos tanto com respeito com suas metas intra como extras regionais”.

Independente das visões individuais, ou coletivas, do ingresso do país presidido por Hugo Chaves ao bloco, o poder de decisão está nas mãos dos países membros – Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.

Argentina e Uruguai consideraram rapidamente as demandas venezuelanas e ratificaram o Protocolo de Adesão do país ao MERCOSUL. Brasil e Paraguai ainda dependem da aprovação do legislativo, de cada país. Isso já acarretou uma crise política entre os países quando da declaração do presidente venezuelano, em maio de 2007, chamando o legislativo brasileiro de “papagaio” de Washington, além de apresentar um ultimato para a manifestação, definitiva, brasileira sobre o ingresso venezuelano. A situação foi resolvida após alguns dias, com a reunião de diplomatas e notas publicadas à imprensa com a resolução do impasse, entretanto permanece a indefinição sobre a aprovação ou não da integração da Venezuela ao bloco, já que isso ocorrerá somente após o aprovação unânime de todos os 4 (quatro) países-membro.

## **CASOS PARTICULARES – PARAGUAI**

A conjuntura pela qual atravessa o Paraguai é delicada e acarreta em conseqüências para todos os membros do bloco. Enquanto o livre fluxo de bens entre as fronteiras é incentivado pelo MERCOSUL, os criminosos e o mercado negro existente no Paraguai abusam de tal liberdade, reduzindo os ganhos das relações comerciais para o bloco. Levando-se em conta que a produção de bens pelos

próprios paraguaios é pequena, vem à tona o questionamento quanto aos reais benefícios que podem ser trazidos ao MERCOSUL pelo Paraguai, uma vez que esse país tem suscitado inquietudes em seus vizinhos. O considerável fluxo de armamentos, bens ilegais e a ocorrência de crimes, sobretudo na tríplice fronteira já levou Brasil e Argentina a cobrarem mais esforços do governo paraguaio, que reconheceu que Ciudad Del Leste já é um “santuário terrorista”<sup>7</sup>.

## **CASOS PARTICULARES – URUGUAI**

Desde a criação do MERCOSUL, o Uruguai tem se mostrado muito comprometido e envolvido com a integração regional. Entretanto, este país tem suas insatisfações dentro do bloco, visto que ainda não obteve benefícios plenos ao se integrar a um mercado maior. Os uruguaios se queixam de que as assimetrias econômicas e de desenvolvimento entre os membros fazem com que Brasil e Argentina dêem sinais de pouco compromisso com o progresso das economias menores. Durante toda a década de 90 o país se desindustrializou em termos relativos e a participação da produção manufatureira uruguaia decresceu perante o total da indústria do MERCOSUL. Além disso, o bloco restringiu margem de manobra própria para a negociação com terceiros porque se comprometeram a negociar conjuntamente. Para o Uruguai isso representou uma enorme perda, que depois de Ouro Preto só conseguiu celebrar um acordo comercial significativo – com o México, em 2003 - para a ampliação de seu acesso ao restante do globo (CAETANO e VAILLANT, 2004).

## **ESTRUTURA DO COMITÊ**

---

<sup>7</sup> PION-BERLIN, David. **Will Soldiers Follow? Economic Integration and Regional Security in the Southern Cone** *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, Vol. 42, No. 1, 2000.

O comitê irá se estruturar em conformidade com as regras do próprio 9ª MINI-ONU que são as seguintes: Os debates seguirão por meio da lista formal de oradores, na qual, os delegados que desejarem se pronunciar deverá adicionar-se. A simulação poderá se dar através de Debates Moderados, no qual os delegados que desejarem se pronunciar deverão erguer suas placas e serem reconhecidos pela mesa diretora e também poderá seguir por Debate Não-Moderado, onde a mesa diretora não modera as articulações orais das delegações. Para estes procedimentos, serão necessárias propostas de moções dos delegados para que estes estejam em ordem para votação. Também serão aceitas moções para adiamento de sessão, fechamento da lista de oradores e encerramento do debate. As questões procedimentais precisaram de maioria simples para a aprovação, questões substantivas precisaram de dois terços do quórum.

Os delegados poderão ter acesso à internet durante as sessões para uso exclusivo do comitê e a comunicação entre as delegações se fará por meio de propostas de resoluções que deverão ser lidas para que todos tenham conhecimento das mesmas. Espera-se com isto, que ao final da última sessão uma resolução possa ser votada e aprovada pelas delegações.

Com relação à localização, tenho por desejo realizar as simulações tendo como país o Chile, apesar de não ser membro do MERCOSUL, tem como capital Santiago, onde esta localizada a sede da CEPAL e além do mais é um importante país na região e forte candidato a membro efetivo do MERCOSUL nas simulações e debates do evento.

## BIBLIOGRAFIA

CAETANO, Gerardo; VAILLANT, Marcelo. **¿Qué MERCOSUR y qué Uruguay se necesitan?**, Universidad de la Republica, 2004.

<http://decon.edu.uy/publica/2004/Doc1504.pdf>

CHUDNVSKY, Daniel; FANELLI, José María. **El desafío de integrarse para crecer**. Balance y perspectivas Del Mercosur em su primera década. Argentina. Siglo Veintiuno de Argentina Editores. 2001.

COUTINHO, Marcelo. Venezuela no MERCOSUL: Adaptação. Observatório Político Sul-Americano.

[http://observatorio.iuperj.br/pdfs/68\\_artigos\\_Venezuela\\_no\\_Mercosul\\_Adaptacao.pdf](http://observatorio.iuperj.br/pdfs/68_artigos_Venezuela_no_Mercosul_Adaptacao.pdf)

Acesso em: 11 mai. 2008.

ESTRADA, Daniela. *CEPAL, 60 anos marcando caminhos*. Santiago, 2008.

<http://mwglobal.org/ipsbrasil.net/nota.php?idnews=3773>. Acesso em: 15 mai. 2008.

HIRST, Mônica. Venezuela cambriará el equilibrio del MERCOSUR. Observatório Político Sul-Americano.

[http://observatorio.iuperj.br/pdfs/67\\_artigos\\_Venezuela\\_cambiara\\_el\\_equilibrio\\_del\\_Mercosur.pdf](http://observatorio.iuperj.br/pdfs/67_artigos_Venezuela_cambiara_el_equilibrio_del_Mercosur.pdf). Acesso em: 15 de mai. 2008.

JAFFE CARBONELL, Angelina; RISQUEL CUPELLO, Angelina. **Regimen político e integración em America Latina**. (Caracas, Venezuela): Universidad Simon Bolívar, Instituto de Altos Estudios de América Latina, p. 245, 1988.

MACHADO, Luiz. **Grandes economistas XI: Raul Prebisch e a contribuição da CEPAL**.  
[http://www.cofecon.org.br/index2.php?option=com\\_content&do\\_pdf=1&id=904](http://www.cofecon.org.br/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=904).  
Acesso em: 11 de mai. 2008.

NERY, Tiago. **A Economia do desenvolvimento na América Latina: o pensamento da CEPAL nos anos 1950 e 1990**. Dissertação (Mestrado). Instituto de Relações Internacionais, PUC-RIO. Rio de Janeiro, 2004.

PION BERLIN, David. Will Soldiers Follow? **Economic Integration and Regional Security in the Southern Cone** – Journal of interamericano studies and world affairs, Vol. 42, No 1, 2000.

PIRES, Alice Catarina de Souza; FONSECA, Amanda Gonçalves; CROSHERE, Indira Lima. **Soluções de controvérsias no MERCOSUL**. São Paulo: LTR, 1998. 182p. ISBN 85-7322-500-9.

SANTOS, Fabiano; MENDES, Ricardo Camargo e NARCISO, Thaís. Procedimentos e regras de tramitação legislativos de política externa no Brasil: **O caso da adesão da Venezuela ao MERCOSUL**. Papéis Legislativos nº. 07, novembro de 2007. Observatório Político Sul-Americano/ Núcleo de Estudos sobre o Congresso. [http://observatorio.iuperj.br/pdfs/11\\_papeislegislativos\\_PL\\_n\\_7\\_nov\\_2007.pdf](http://observatorio.iuperj.br/pdfs/11_papeislegislativos_PL_n_7_nov_2007.pdf).

Acesso em: 11 de mai. 2008.

SANTOS, Fabiano, e VILAROUCA, Márcio. Adesão da Venezuela ao MERCOSUL: **Des-ideologizar como forma de atingir o interesse nacional**. Papéis Legislativos nº. 04, agosto de 2007. Observatório Político Sul-Americano/ Núcleo de Estudos sobre o Congresso. [http://observatorio.iuperj.br/pdfs/7\\_papeislegislativos\\_PL\\_n\\_4\\_ago\\_2007.pdf](http://observatorio.iuperj.br/pdfs/7_papeislegislativos_PL_n_4_ago_2007.pdf).

Acesso em: 15 de mai. 2008.

SUNKEL, Oswaldo. **Um Ensaio de Interpretação de Desenvolvimento Latino Americano**. Editora Fórum. Rio de Janeiro. 1975.

